



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 18 • 03 a 09/06/07 • ISSN1809-6182

Análise

01/06/2007 – Após crise, coalizão de governo recupera-se em Israel.....p.01

O fracasso em suprimir a facção paramilitar do partido político libanês Hezbollah resultou na responsabilização direta do Primeiro-Ministro israelense Ehud Olmert por falhas operacionais ocorridas entre julho e agosto de 2006. Não obstante, a possibilidade da volta de Benjamin Netanyahu ao poder, associada à postura política da Ministra do Exterior, Tzipi Livni, é responsável pelo fortalecimento político da coalizão de governo de Israel.

Resenhas

07/06/2007 – Bush veta lei que agenda retirada das tropas do Iraque.....p.06

O presidente George W. Bush vetou, no dia 01 de maio de 2007, um projeto de lei, aprovado pelo Congresso, que determinava um calendário para a retirada das tropas no Iraque.

07/06/2007 – RCTV não tem sua concessão renovada pelo governo venezuelanop.09

A rede de televisão privada RCTV acaba por não ter sua concessão renovada para continuar transmitindo em televisão aberta na Venezuela. Essa decisão, por parte do governo de Chávez, gerou consideráveis reações domésticas, bem como internacionalmente.

Após crise, coalizão de governo recupera-se em Israel.

Análise
Segurança

Andre Klausing
01 de junho de 2007

O fracasso em suprimir a facção paramilitar do partido político libanês *Hezbollah* resultou na responsabilização direta do Primeiro-Ministro israelense Ehud Olmert por falhas operacionais ocorridas entre julho e agosto de 2006. Não obstante, a possibilidade da volta de Benjamin Netanyahu ao poder, associada à postura política da Ministra do Exterior, Tzipi Livni, é responsável pelo fortalecimento político da coalizão de governo de Israel.

De julho a agosto de 2006, Israel empreendeu uma ampla ação de represálias contra a facção paramilitar do partido político xiita libanês *Hezbollah*, responsável pelo seqüestro de dois soldados israelenses.

A operação militar, aprovada pelo Primeiro-Ministro de Israel, Ehud Olmert (Partido *Kadima*), não conseguiu suprimir o *Hezbollah* que, apoiado por Estados como Irã e Síria, contra-atacou com foguetes lançados contra Israel.

Ao final dos enfrentamentos, cerca de 120 militares israelenses foram mortos, segundo dados oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda segundo a ONU, o *Hezbollah* sofreu aproximadamente 500¹ baixas².

O fracasso em suprimir o *Hezbollah* e em impossibilitar uma reação armada de sua facção paramilitar, associado ao insucesso em resgatar os soldados seqüestrados, foi

responsável pela constituição de uma comissão para investigar a condução da operação militar pelo governo de Israel.

A Comissão Winograd, assim designada por ser presidida pelo juiz aposentado Eliahu Winograd, inquiriu os principais membros do governo de Israel e das Forças Armadas deste Estado, entre eles o Primeiro-Ministro Olmert.

Em 30 de abril de 2007, a divulgação de um relatório preliminar iniciou uma crise na coalizão de governo de Israel, cujos principais integrantes são os partidos *Kadima* e Trabalhista. Segundo esse relatório, a não consecução das metas e dos objetivos delineados por Israel deveu-se, sobretudo, à inexperiência das autoridades que administraram a operação, a saber: Olmert, Primeiro-Ministro; Amir Peretz, Ministro da Defesa; e Dan Halutz, Chefe do Estado Maior, e à ausência de qualquer coordenação entre as instâncias civis e militares.

O relatório preliminar não abarcou os depoimentos de Olmert, Peretz ou Halutz. Este último se antecipou à divulgação do relatório preliminar e renunciou ao seu cargo.

¹ O *Hezbollah* calcula, em contraposição à ONU, suas baixas em aproximadamente 250 homens.

² Quanto às baixas civis, a ONU estima a morte de aproximadamente 1190 libaneses e 50 israelenses.

Olmert, em discurso à *Knesset* (Parlamento de Israel), descreveu os principais argumentos apresentados por ele à Comissão Winograd. O Primeiro-Ministro afirmou ter exposto à comissão sua ciência de que a operação empreendida seria de longo prazo. “Todo mundo disse que era necessário responder duramente. Todo mundo sabia que uma resposta dura resultaria em uma reação muito dura que atingiria a retaguarda e nos obrigaria a agir”, afirmou Olmert.

A tensão interna à coalizão de governo aumentou, contudo, após a descrição, por parte da Ministra do Exterior, Tzipi Livni (partido *Kadima*), de sua exposição de argumentos à Comissão Winograd. Livni descreveu ter apresentado à Olmert e insistido, em vão, na adoção de uma postura diplomática para com o *Hezbollah*, em detrimento de uma operação militar.

O Primeiro-Ministro, prontamente, demandou o direito de comparecer novamente à comissão ou de responder, por escrito às, segundo Olmert, falsas declarações de Livni.

A despeito destas declarações, a Rádio das Forças Armadas de Israel assegurou que a ministra Livni e o chefe da Divisão de Investigação dos Serviços de Inteligência do Exército, Yossi Baidatz, se encontraram, consecutivamente, a partir do começo da operação militar, sem o conhecimento de Olmert. O caráter secreto destes encontros resultou, segundo a mesma fonte, do fato de Olmert ter excluído Livni do Conselho de Segurança Nacional, após a ministra apresentar uma alternativa diplomática para a resolução da crise com o *Hezbollah*.

Após apresentar à *Knesset* seus argumentos, Livni aconselhou a renúncia de Olmert, o que consolidou, por sua vez, a tensão entre o Primeiro-Ministro e a Ministra do Exterior. Ressalta-se neste contexto que, ao contrário das conclusões em relação ao papel desempenhado por Olmert, Livni foi bem analisada pela Comissão Winograd, que a isentou, em

seu relatório parcial, de qualquer responsabilidade pela não-consecução das metas e dos objetivos de Israel.

Em 02 de maio de 2007, a Ministra do Exterior angariou o apoio de outras lideranças do *Kadima*. Em sessão parlamentar, Avigdor Yitzhakj, líder parlamentar do partido, advogou pela necessidade da renúncia de Olmert. “Um líder só pode liderar um povo onde ele tem primeiramente legitimidade e sua confiança. O Primeiro-Ministro deveria agir responsavelmente e renunciar para permitir que uma nova coalizão seja formada pelo *Kadima*”, disse Yitzhakj.

Nesta mesma sessão da *Knesset*, Benjamin Netanyahu, Primeiro-Ministro de Israel entre os anos 1996 e 1998, e atual líder parlamentar do partido de direita *Likud*, exigiu a imediata antecipação das eleições.

Uma das únicas vozes em defesa de Olmert, o vice-Primeiro-Ministro Shimon Peres (partido Trabalhista), argumentou o sucesso da operação. “O *Hezbollah* não retornou ao sul do Líbano”, e caso a operação militar não se perpetrasse, “teriam continuado os seqüestros de soldados de Israel”, disse.

A sessão parlamentar, distinguida pela ausência do Ministro da Defesa Amir Peretz (partido Trabalhista), foi acompanhada por parentes dos soldados mortos na operação contra o *Hezbollah*.

Em 03 de maio de 2007, em consonância com a tensão da sessão parlamentar do dia anterior, cerca de 150 mil manifestantes reuniram-se na Praça Rabin de Tel Aviv. Cidadãos associados a grupos de esquerda e direita, membros da sociedade civil e veteranos de guerra exigiram a renúncia de Olmert.

Dias antes à manifestação, a empresa independente *Diálogo* apresentou uma pesquisa na qual 68% dos israelenses exigem a renúncia de seu Primeiro-Ministro. Ainda segundo a pesquisa, que contou com a participação de cerca de 500 pessoas, 85% exigem a renúncia de Peretz,

líder do partido Trabalhista e principal parceiro do partido *Kadima* na coalizão de governo³.

Em caráter emergencial, Olmert convocou uma reunião do gabinete de governo. Em aproximadamente três horas, os ministros de Olmert desenharam uma estratégia que consiste em acatar as recomendações do relatório preliminar da Comissão Winograd e em instaurar um comitê para a supervisão do processo de adoção destas medidas.

Ao final da reunião, Olmert assegurou sua posição em não-renunciar. “Para aqueles que estão ávidos para se beneficiar deste relatório para ganhar vantagens políticas, sugiro que diminuam o ritmo.”, disse.

A resposta imediata de Olmert e de todo o gabinete de governo à tensão e à crise que se instauravam em Israel parece ter encerrado resultados positivos. Em 06 de maio de 2007, Livni comprometeu-se a atuar junto de Olmert. Segundo o gabinete do Primeiro-Ministro, “(Olmert e Livni) se reuniram após a reunião do gabinete governamental e se puseram de acordo para trabalharem unidos no governo liderado por Ehud Olmert.”.

Aparentemente apaziguada a tensão no gabinete de governo, Olmert impetrou uma considerável vitória política na seção parlamentar de 07 de maio de 2007. A *Knesset* rejeitou três moções de censura ao Primeiro-Ministro, apresentadas separadamente pelos partidos *Likud* (direita), União Nacional-Partido Nacional Religioso (extrema-direita), e *Meretz* (esquerda leiga).

A moção apresentada pelo partido *Likud* foi rejeitada por 61 votos contrários, 26 votos favoráveis e 09 abstenções. A moção do partido *Meretz*, rejeitada por 62 votos contrários, 28 votos favoráveis e 06 abstenções. Por sua vez, a moção da

coalizão de extrema-direita foi rejeitada por 61 votos contrários, 28 votos favoráveis e 09 abstenções. A *Knesset* é constituída por 120 membros, mas em nenhuma das votações das moções de censura o parlamento contou com a totalidade de seus membros.

Em ambiente internacional, Olmert também alcançou apoio político à sua opção por não renunciar. O Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, asseverou temer a antecipação das eleições em Israel. Segundo ele, a volta ao poder de Benjamin Netanyahu representaria um retrocesso nas relações entre os palestinos e Israel.

No Líbano, o Primeiro-Ministro Fouad Siniora não criticou especificamente Olmert ou sua decisão por manter-se no cargo, mas disse que “Israel deve aprender a lição de que as guerras e os conflitos armados não garantem a segurança de um país.”.

“A paz na região estará garantida quando Israel aceitar a iniciativa árabe de pacificação, que oferece a normalização das relações diplomáticas em troca da total retirada dos territórios árabes ocupados desde 1967.”, disse Siniora.

Apenas o *Hezbollah* sustentou críticas ao governo de Israel e ao Primeiro-Ministro Olmert. Logo após a publicação do relatório parcial da Comissão Winograd, integrantes do partido assentaram cartazes junto à fronteira com Israel nos quais apresentam caricaturas ridicularizando o Primeiro-Ministro Olmert e seu Ministro da Defesa.

Em Beirute, o Secretário-Geral do *Hezbollah* Hassan Nasrallah, afirmou respeitar Israel por admitir sua derrota frente ao movimento xiita. “Ehud Olmert foi condenado pela comissão de investigação que ele mesmo designou. Isso é digno de respeito.”, disse.

“A primeira consequência importante dessa comissão é que finalmente e oficialmente foi decidida a questão da

³ Estes e outros dados acerca da questão encontram-se disponíveis em: <http://www.eurostat.de> (Eurostat) ou <http://www.destatis.de> (Destatis)

vitória e da derrota. A comissão fala sobre uma grande derrota (para Israel)”, afirmou Nasrallah.

A Comissão Winograd divulgou o depoimento de Olmert, até então sigiloso. Em 89 páginas de transcrição, Olmert assegura sua ciência do caráter de longo-prazo da operação militar (conforme descrito pelo próprio Primeiro-Ministro, diante da *Knesset*) e culpa os militares por falhas operacionais e de coordenação.

Apesar disto, afirma a vantagem de Israel diante do *Hezbollah* após a operação militar por meio do argumento de que o cessar-fogo mediado pela Organização das Nações Unidas (ONU) consolidou a missão internacional de manutenção da paz no sul do Líbano, onde o *Hezbollah* tem suas principais bases.

Diversos são os fatores plausíveis para analisar e explicar todo o processo descrito acima, em que Olmert e a coalizão de governo vencem três moções de censura apresentadas à *Knesset* e angariam apoio político internacional mesmo diante de uma crise interna ao partido próprio partido *Kadima*.

Em um primeiro instante, deve-se ressaltar a “bibifobia”⁴ característica não só da opinião pública de Israel, mas também de seus Estados vizinhos. Explica-se: o receio (interno e externo) de que a antecipação do processo eleitoral resultasse na volta de Netanyahu ao poder é responsável pelo fato de que dos 68% de israelenses favoráveis à renúncia de Olmert, apenas 15% apoiassem a antecipação das eleições⁵.

⁴ Netanyahu é conhecido popularmente como “Bibi”.

⁵ A composição destes dados resultou da metodologia de pesquisa esposada pelo Destatis (*Statistisches Bundesamt Deutschland*). Esta metodologia consistiu em questionar o grupo favorável à renúncia de Olmert quanto à possibilidade desta renúncia ser seguida pela antecipação das eleições e a conseqüente vitória de Netanyahu, dada a situação de gênese de crise política em Israel. Deste grupo, apenas 15%

Em suma, segundo a percepção popular israelense, a manutenção do atual gabinete de governo é preferível à antecipação de um processo eleitoral que, caracterizado por um ambiente de extrema fragilidade político-social, resultasse na volta de Netanyahu ao poder.

No ambiente internacional, este mesmo raciocínio é válido, conforme o demonstrado, de modo explícito, pela declaração da Autoridade Nacional Palestina, esposada anteriormente.

Em um segundo instante, deve-se analisar a postura da Ministra do Exterior Tzipi Livni. Analistas de Israel atribuem a Livni, mesmo anteriormente à operação militar, a intenção de substituir Olmert na presidência do partido *Kadima*. Ao buscar se aproveitar da fragilidade política de Olmert, submetido ao julgamento da Comissão Winograd, Livni acabou por fortalecer o Primeiro-Ministro.

“Olmert deve sair”, disse Livni à emissora *Channel 10*, que a surpreendeu ao explicitar, à própria Ministra e ao público, a seguinte incoerência: como pode Livni, Ministra do Exterior, exigir a renúncia do Primeiro-Ministro por uma situação resultante de uma crise internacional, sem antes se demitir de seu cargo? A amoralidade desta situação, conforme definiu a própria emissora, resultou na perda da popularidade de Livni e no resgate do apoio político à Olmert, o que pode explicar, de modo coerente, a alteração da postura de Livni após a reunião do gabinete de governo, em 06 de maio de 2007.

Por fim, um último, mas não menos importante fator: a tensão entre Livni e Olmert acabou por aproximar o Primeiro-Ministro de Peretz, líder do partido

se manifestou no sentido de apoiar a antecipação do processo eleitoral após a renúncia de Olmert; 85% optou por uma renúncia seguida por um processo de sucessão que não a antecipação das eleições.

Trabalhista (ambos responsabilizados pelo relatório parcial da comissão de investigação). O resultado desta “união contra a adversidade” foi o fortalecimento político da coalizão de governo, ancorada nas posturas irredutíveis de Olmert e Peretz em permanecerem em seus cargos.

Referência

Sites:

Deutsche Welle

<http://www.deutschewelle.de>

Eurostat

<http://www.eurostat.de>

Haaretz

<http://www.haaretz.com>

Ministério das Relações Exteriores de Israel

<http://www.mfa.gov.il>

Organização das Nações Unidas

<http://www.un.org>

Statistisches Bundesamt Deutschland

<http://www.destatis.de>

Telegraph

<http://www.telegraph.co.uk>

Bush veta lei que agenda retirada das tropas do Iraque

Resenha
Segurança

Lígia Franco Prados Mello
07 de junho de 2007

O presidente George W. Bush vetou, no dia 01 de maio de 2007, um projeto de lei, aprovado pelo Congresso, que determinava um calendário para a retirada das tropas no Iraque.

No dia 01 de maio de 2007¹, o presidente estadunidense, George W. Bush vetou uma lei aprovada pelo Congresso que estipulava a atribuição de fundos para a Guerra do Iraque e do Afeganistão e, ainda, uma data para a retirada das tropas do Iraque. Esse veto marcou também o debate que ocorre desde início da Guerra, na arena doméstica estadunidense, entre os favoráveis à campanha militar estadunidense no Iraque e aqueles contrários. [Ver também: [O redirecionamento na campanha estadunidense no Iraque](#)]

De acordo com as declarações de Bush, desde janeiro de 2007 as tropas estadunidenses estão realizando uma nova estratégia no Iraque. Sua meta é trazer mais segurança à capital, Bagdá, para que o país consiga se desenvolver, se reconstruir respeitando direitos humanos e sustentando suas leis. Em fevereiro, reforços começaram a ser enviados para o

Iraque conforme o requerido pelo novo General, David Petraus. No fim de abril de 2007, o General esteve em Washington e relatou que desde janeiro, o número de mortes sectárias² tem diminuído significativamente e esse é um dos mais importantes progressos na Guerra.

Bush declarou que é necessário continuar essa campanha e dar às tropas o equipamento, treinamento e proteção que elas necessitam para garantir o sucesso. Isso significa, segundo o presidente estadunidense, que o Congresso precisa aprovar o envio de fundos emergenciais para a Guerra o mais rápido possível.

Quando recebeu o projeto aprovado pelo Congresso, Bush já havia declarado que vetaria qualquer lei que pré-determinasse a retirada de tropas do Iraque. Por isso, ao receber o projeto, declarou lamentável o fato de o Congresso ter lhe enviado a lei mesmo ciente de que a mesma seria vetada.

O presidente estadunidense considera que o envio e veto dessa lei dificultam a

¹ Nesse dia Bush havia acabado de chegar da Sede do Comando Central dos Estados Unidos, situado em Tampa na Flórida, responsável pelo gerenciamento de conflitos na Península Arábica, no Chifre da África, no Sul da Ásia e na Ásia Central. Na Sede, o presidente estadunidense havia admitido que as tropas vivem um momento difícil, mas que, apesar disso, não é o momento para retirá-las do Iraque.

² Mortes sectárias estão relacionadas ao sectarismo, visão proselitista, intolerante, estreita das verdades que são pregadas por determinada seita. O sectário é aquele praticante de uma seita que apresenta comportamento típico do sectarismo ideológico.

liberação de fundos para as tropas e a ação militar no país. Enquanto Bush interpreta o envio dessa lei como impossibilitando o envio de recursos às tropas, a oposição considera que o veto é que deve ser responsabilizado como o negador de envio de ajuda as tropas. Em relação a essa discórdia, Bush declarou que: “Aqui em Washington, nós temos nossas diferenças em relação a administração da Guerra, e nós a debateremos abertamente. Apesar disso, no entanto, podemos concordar que nossas tropas são dignas desse fundo - e nós temos a responsabilidade de ajudá-las sem mais atrasos.”

O Congresso que havia aprovado o projeto de lei por 218 contra 208 votos na Casa dos Representantes e por 51 a 46 no Senado, fez questão de enviá-lo ao presidente no dia 01 de maio, especificamente, tendo em vista que há exatos quatro anos George W. Bush havia proferido um discurso no qual afirmava que as operações de grande porte no Iraque haviam acabado e que a missão tinha sido cumprida. Portanto, a escolha desse dia pelo Congresso tem como intenção demonstrar uma previsão falha do presidente estadunidense na declaração. O veto, porém, dificulta a possibilidade de a lei entrar em vigor, já que seriam necessários 2/3 de votos do Congresso e Senado para derrubá-lo.

A líder da Casa dos Representantes, deputada democrata Nancy Pelosi, declarou que: “Essa lei respeita os desejos dos americanos (estadunidenses) para acabar com a guerra no Iraque”. E, portanto, ao vetá-la, o presidente estaria desrespeitando os desejos de seus cidadãos.

O veto tem também valor simbólico, tendo em vista que é apenas a segunda lei vetada por George W. Bush durante seus dois mandatos. O outro projeto vetado se referia à liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias. Assim como

no caso da lei referente ao Iraque, o presidente já havia anunciado anteriormente que vetaria esse projeto. Bush descreveu essa lei como que cruzando “uma linha moral”, pois, segundo ele, apoiaria a morte de pessoas inocentes. A declaração foi feita na Casa Branca enquanto o presidente estava rodeado por crianças que nasceram como parte de um programa de adoção de embriões.

Contudo, os democratas parecem realmente dispostos a desafiar o presidente no sentido das aprovações de leis que contrariam seus princípios e políticas. No dia 07 de junho de 2007, a Casa dos Representantes lançou um novo desafio ao Presidente George W. Bush ao aprovar um projeto de lei que amplia os recursos federais destinados a pesquisas com células-tronco embrionárias. Bush ameaçou novamente vetar o projeto em nome da defesa da vida.

No caso das tropas, o presidente considerou o veto necessário, já que, para ele, fixar um calendário para saída de tropas semearia o ‘caos’ no país árabe. Ademais, demonstra a rejeição de Bush às tentativas dos democratas de forçá-lo a mudar sua estratégia na guerra do Iraque.

Assinar uma lei que determinasse o início da retirada de tropas estadunidenses do Iraque representaria não apenas o fracasso da campanha no Iraque, mas também o de Bush diante dos democratas. Isto porque a sua já baixa popularidade poderia ser reduzida ainda mais com o veto de leis que, segundo a líder da Casa dos Representantes, atenderiam aos desejos dos seus cidadãos. E essa perda de popularidade pode ser um indício de falha na campanha política do Iraque, umas das mais importantes e de maior notoriedade durante o Governo Bush.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

USA Today

<http://www.usatoday.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

White House

<http://www.whitehouse.gov>

Ver também:

23/02/2007 - [O redirecionamento na campanha estadunidense no Iraque](#)

RCTV não tem sua concessão renovada pelo governo venezuelano

Resenha
Desenvolvimento / Integração Regional

Raphael Rezende Esteves
07 de junho de 2007

A rede de televisão privada RCTV acaba por não ter sua concessão renovada para continuar transmitindo em televisão aberta na Venezuela. Essa decisão, por parte do governo de Chávez, gerou consideráveis reações domésticas, bem como internacionalmente.

Em consonância com o que havia anunciado poucos dias após ser reeleito, em 28 de dezembro de 2006, o Presidente venezuelano Hugo Chávez manteve sua decisão de não renovar a concessão da emissora privada *Radio Caracas Televisión* (RCTV), que saiu do ar a partir do dia 28 de maio de 2007. A RCTV é o canal privado mais antigo do país, com 53 anos de existência, e é um dos de maior audiência.

Segundo Chávez, a emissora não atendia ao interesse público, ao passo em que era um “ataque permanente à moral do público, com novelas que eram como cascavéis peçonhentas e desenhos animados para crianças contaminados com ódio, violência e mesmo sexo.”. Além disso, o presidente acusou também a RCTV de estar envolvida com o golpe de Estado realizado em 2002, que retirou o governo de Chávez do poder por 2 dias e instaurou um governo provisório.

Ao não renovar a concessão da RCTV, o governo venezuelano utiliza-se de sua prerrogativa, prevista em lei, e impede que o canal seja transmitido em televisão aberta. A RCTV ainda tem as opções de utilizar-se da transmissão via cabo ou satélite.

O Ministério da Comunicação e Informação, responsável pelas concessões, publicou um extenso documento, denominado “O livro branco sobre a RCTV”, que aponta várias críticas sobre a emissora, envolvendo, dentre outras coisas, promoção da violência e maus tratos de funcionários (ainda não tive acesso a esse documento).

No lugar da antiga emissora, o governo venezuelano colocou um canal estatal, denominado *Televisora Venezolana Social* (TVES), que realizará o que Chávez intitulou de serviço público. O governo garantiu que o canal será independente e terá espaço para publicidade, buscando dirimir os rumores de que o canal funcionaria apenas como um instrumento governamental.

A RCTV, por sua vez, após o fim de suas transmissões em televisão aberta vem utilizando-se de outras estratégias para continuar em atividade. A emissora declarou que pretende apresentar seus programas populares diretamente das ruas da Venezuela, contando com a participação da população. No mesmo sentido, a Internet também é utilizada para transmitir o jornal da emissora, o *El Observador*, que fez questão de divulgar as ondas de protestos no país devido ao fim

da concessão. A afiliada da RCTV na Colômbia, a TV Caracol, concordou em transmitir uma edição do *El Observador*, à qual até 800 pessoas teriam acesso na Venezuela.

Após a decisão pela não renovação, existe apenas mais um canal privado que faz oposição ao governo Chávez, o *Globovisión*. Todavia, este canal não possui cobertura em todo o território venezuelano e, devido à sua divulgação dos protestos em relação às medidas contra a RCTV, recebeu de Hugo Chávez a denominação de inimigo do Estado. No mesmo dia em que se encerrou a concessão da RCTV, 28 de maio de 2007, o governo venezuelano anunciou que estaria processando o *Globovisión* por transmitir imagens que incitariam um possível assassinato do presidente venezuelano, acusação negada pelo canal.

A posição do governo venezuelano em relação às emissoras de oposição se baseia na acusação de que estas teriam apoiado abertamente o golpe realizado em 2002, bem como se recusado a divulgar as manifestações favoráveis a Chávez ou a retomada do poder por parte deste.

Reações

Em função da recente decisão do governo venezuelano, ocorreram fortes mobilizações no país, tanto contrárias quanto favoráveis à não renovação. Os protestos duraram vários dias e envolveram painéis e passeatas de estudantes, duramente reprimidos pela força policial. Ocorreram também manifestações de universitários em frente à *Universidade Bolivariana da Venezuela*, criada por Chávez há quatro anos. Um grupo de estudantes venezuelanos claramente contrários à medida do governo encaminhou, inclusive, uma carta ao escritório da Organização dos Estados Americanos (OEA). Favoravelmente à decisão destaca-se a movimentação de um grupo chamado *Grupo de Periodistas por la Verdad*, que protestaram em frente à sede

do canal *Globovisión*, acusando-o de desestabilizar o país.

Segundo pesquisa do instituto venezuelano *Datanalisis*, 70% da população venezuelana condenam a medida do governo contra a RCTV, ao passo que 13% a apóiam. Cabe salientar que a mesma pesquisa demonstrou que, ainda assim, a aprovação do governo é alta, representando 64,7% dos entrevistados.

Internacionalmente a medida também resultou em repúdio de várias partes do mundo, que acusaram o governo Chávez de cercear a liberdade de expressão na Venezuela. Em uma resolução bipartidária, o Senado estadunidense demonstrou ampla preocupação em relação à medida que classificou de um assalto à liberdade de pensamento e expressão, requisitando que a OEA intervenha no assunto.

A posição estadunidense, expressada pela Secretária de Estado Condoleezza Rice, em uma reunião da OEA, causou enérgica resposta por parte do Chanceler venezuelano, Nicolas Maduro. Após requisição de Rice para que a OEA interviesse contra a medida de não renovação e favoravelmente aos direitos humanos na Venezuela, o chanceler venezuelano apontou a constante violação de direitos humanos na base de Guantânamo¹ e na fronteira entre México e Estados Unidos, realizados pelo último. Outros representantes venezuelanos na OEA também salientaram a duplicidade de comportamento estadunidense – referindo-se à violação dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, a retórica de defesa do mesmo – e o despropósito da requisição da secretária de Estado

¹ Base militar estadunidense, localizada em Cuba, para onde são encaminhados indivíduos envolvidos com atividades terroristas. Existem muitas críticas em relação à manutenção desta base, principalmente relacionadas à violação de direitos humanos dos detentos, que não teriam acesso a um julgamento justo.

estadunidense.

O Parlamento Europeu também se opôs à decisão venezuelana e aprovou uma moção que recorda o Presidente Chávez de sua obrigação para com a liberdade de expressão, liberdade de opinião e liberdade de imprensa, salientadas na própria Constituição venezuelana. Ainda segundo o Parlamento, a medida priva o acesso da população à uma informação pluralista e demonstra a inexistente predisposição do governo venezuelano ao diálogo.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por sua vez, demonstrou, por meio de um comunicado, sua preocupação pela deterioração progressiva do exercício da liberdade de expressão na Venezuela. A CIDH solicitou que a Venezuela proteja, dentro dos limites do direito internacional e dos direitos humanos, as expressões tanto favoráveis quanto contrárias a suas políticas.

Repercussão no Brasil

No Brasil, o posicionamento do Congresso Nacional foi de forte repúdio à medida, o que causou uma certa indisposição entre os dois países. Após a aprovação de uma moção contrária ao encerramento das atividades da RCTV em televisão aberta, feita na Comissão de Relações Exteriores do Senado, o presidente venezuelano declarou que o Senado brasileiro estaria se comportando como “papagaio dos Estados Unidos”. Essa declaração repercutiu negativamente entre os legisladores brasileiros. O Presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que “um chefe de Estado que não sabe conviver com uma manifestação democrática como foi a manifestação do Senado brasileiro é porque provavelmente está na contramão da democracia.”.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, defendeu a liberdade de expressão e também declarou que discordava da opinião do presidente da

Venezuela da mesma forma em que refutava “qualquer afirmação, ou sequer insinuação, de que o Congresso Nacional esteja subordinado a qualquer outro poder e, notadamente, a outro país.”.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo defendendo a posição do Congresso Nacional e reconhecendo que a moção não foi grosseira nem exigiu nada da Venezuela, afirmou que a não renovação é uma decisão soberana do país vizinho e que “o Chávez tem que cuidar da Venezuela, eu tenho que cuidar do Brasil, o Bush tem que cuidar dos Estados Unidos e assim por diante.”.

Após a polêmica declaração, Chávez já reafirmou os laços de amizade com o Brasil, em entrevistas posteriores, o que não fez diminuir a insatisfação de alguns senadores brasileiros, principalmente de oposição. O Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), junto Partido dos Democratas (antigo Partido da Frente Liberal - PFL), estão tentando obstruir a votação do termo de adesão da Venezuela ao Mercosul até que o presidente venezuelano se retrate. A adesão já foi aprovada no legislativo da Argentina e no Paraguai, restando a aprovação no Brasil e no Uruguai.

O custo político do legislativo brasileiro em não referendar uma decisão já tomada no âmbito executivo – que, no Brasil, tende a dominar em questões de política externa – é alto. Contudo, o movimento dos senadores de oposição objetiva reforçar o funcionamento independente do Congresso Brasileiro, assim como está de acordo com os princípios democráticos defendidos pelo Brasil e pelo próprio Mercosul, ao qual a Venezuela busca aderir.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Globo Online

<http://oglobo.globo.com/>

Inforel

<http://www.inforel.org>

Ver também:

16/06/2004 - [Hugo Chávez submetido a referendo revogatório](#)

18/08/2004 - [Referendo revogatório: vitória democrática na Venezuela?](#)

10/08/2006 - [A inserção da Venezuela no Mercosul](#)

23/02/2007 - [Aprovada Lei Habilitante na Venezuela](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

